



POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM
ASSEMBLEIAS

POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS

A **ASSET1 INVESTIMENTOS LTDA.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.185.577/0001-08, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1600 sala 52 Vila Nova Conceição CEP 04543-000, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (“**ASSET1**”), na qualidade de Gestora de Fundos de Investimento, em conformidade com as diretrizes do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da Associação Brasileira dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (“**ANBIMA**”) que disciplinam os requisitos necessários para o exercício de voto em Assembleias, adota, para todos os seus Fundos de Investimento (“**Fundo**” ou “**Fundos**”), esta Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleias (“**Política de Voto**”).

Capítulo I – Objetivo

1.1 A presente Política de Voto tem como objetivo estabelecer os princípios, regras e procedimentos necessários ao exercício do direito de voto por todos os Fundos, cuja política de investimento permita a alocação de recursos em ativos financeiros que contemplem o direito de voto em assembleias.

1.2 A ASSET1 baseará sua análise sobre a relevância da matéria objeto de deliberação, buscando sempre as melhores condições para os Fundos, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e dos Fundos, evitando, assim, práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida.

Capítulo II – Princípios Gerais

2.1 Pela presente Política de Voto, a ASSET1, no exercício de suas atividades e na esfera de suas atribuições e responsabilidades em relação aos Fundos, compromete-se a ser diligente e realizar todas as ações necessárias para o exercício do seu direito de voto, para resguardar os interesses dos cotistas, observando os seguintes princípios:

- 1) **Princípio da Boa-Fé** - As decisões da ASSET1 deverão sempre observar os mais altos padrões éticos, de confiança e lealdade;
- 2) **Princípio da Lealdade** - A ASSET1, no exercício do direito de voto, na qualidade de gestor, deverá sempre votar buscando defender os interesses

dos cotistas, prezando a confiança depositada por estes na ASSET1 e perseguindo as expectativas almeçadas por eles;

- 3) Princípio da Transparência - A ASSET1 garantirá o acesso às informações referentes ao exercício do direito de voto de maneira a permitir a ciência dos cotistas e a verificação da atuação da ASSET1 na qualidade de gestora; e
- 4) Princípio da Equidade - A ASSET1 assegurará um tratamento justo e equitativo entre os Fundos de Investimento e entre os cotistas.

2.2 A Política de Voto será direcionada sempre para maximizar a geração de valor para os Fundos e privilegiar os interesses dos cotistas.

2.3 O exercício de direito de voto dos Fundos deverá seguir todas as disposições da presente Política de Voto, a não ser que, a critério da ASSET1, e sempre pautada nos princípios aqui definidos, esteja no melhor interesse dos Fundos exercerem o direito de voto de forma diversa do que foi previsto nessa Política de Voto.

Capítulo III – Matérias Relevantes com Exercício de Voto Obrigatório

3.1 Ressalvados os casos em que a presente Política não for aplicável, nos termos do Capítulo I acima, a ASSET1 exercerá o direito de voto dos Fundos nas assembleias que tratarem, entre outras, das seguintes matérias:

I. No caso de ações, seus direitos e desdobramentos:

- a. eleição de representantes de sócios minoritários nos Conselhos de Administração, se aplicável;
- b. aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra “dentro do preço” (preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da assembleia);
- c. aquisição, fusão, incorporação, cisão, alteração de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento da ASSET1, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelos Fundos; e/ou
- d. demais matérias que impliquem tratamento diferenciado.

II. No caso de ativos financeiros de renda fixa ou mista:

- a. alterações de prazo ou de condições de prazo de pagamento;
- b. alterações nas garantias;
- c. vencimento antecipado, resgate antecipado e recompra; e/ou
- d. alterações na remuneração originalmente acordada para a operação.

III. No caso de cotas de fundos de investimentos:

- a. alterações na política de investimento que alterem a classe Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) ou o tipo ANBIMA do Fundo de Investimento;
- b. mudança de administrador ou gestor, que não entre integrantes do seu conglomerado ou grupo financeiro;
- c. aumento da taxa de administração, taxa de performance ou criação de taxas de entrada e/ou saída;
- d. alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;
- e. fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores;
- f. liquidação do fundo de investimento; e/ou
- g. assembleia de cotistas nos casos previstos no artigo 39 da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014.

3.2 Nas hipóteses abaixo elencadas, o exercício da Política de Voto ficará a exclusivo critério da ASSET1:

- a. a assembleia ocorrer em qualquer cidade que não seja capital de Estado e não seja possível voto à distância;
- b. o custo relacionado com o exercício de voto não for compatível com a participação do ativo financeiro no Fundo;
- c. a participação total dos Fundos sob gestão, sujeitos a Política de Voto, na fração votante na matéria, for inferior a 5% (cinco por cento) e nenhum Fundo possuir mais que 10% (dez por cento) de seu patrimônio no ativo em questão;
- d. ficar caracterizada situação de conflito de interesse ; e/ou
- e. caso as informações disponibilizadas pela empresa, mesmo após solicitação de informações adicionais e esclarecimentos, não forem suficientes para a tomada de decisão pela ASSET1.

Capítulo IV – Situações de Potencial Conflito de Interesse

4.1 A ASSET1 exerce suas atividades de gestão de recursos obedecendo estritamente a legislação e regulamentação vigentes e os regulamentos e políticas de investimento dos Fundos, sempre evitando situações de conflito.

4.2 As situações de potencial conflito de interesse serão avaliadas caso a caso, sendo sempre considerado, em última instância, o interesse dos cotistas dos Fundos.

4.3 Em determinadas circunstâncias, a ASSET1 pode ter relacionamento com o emissor dos ativos, gerando um potencial conflito de interesse na participação, sendo certo que nesta hipótese, a ASSET1 deixará de exercer direito de voto nas Assembleias dos emissores dos ativos detidos pelos Fundos.

Capítulo V – Processo Decisório

5.1 O controle e a execução da Política de Voto e o procedimento de tomada de decisão será uma atribuição conjunta dos responsáveis pelas áreas de gestão de recursos de terceiros e *compliance* da ASSET1.

5.2 A ASSET1 exercerá o seu voto sem necessidade de consulta prévia a cotistas ou de orientação de voto específico, ressalvadas as eventuais previsões em sentido diverso no regulamento dos Fundos, sendo que a ASSET1 tomará as decisões de voto com base em suas próprias convicções, de forma fundamentada e coerente com os objetivos de investimento dos Fundos e sempre no interesse dos cotistas.

5.3 Após a realização da Assembleia, o representante indicado pela ASSET1 que tiver comparecido deve providenciar e encaminhar ao Diretor de Investimentos, ao Diretor de Compliance e ao Administrador dos Fundos, um resumo descrevendo o ocorrido na Assembleia, bem como a votação procedida.

5.4 O arquivamento dos resumos de Assembleia deve ser realizado pelo Diretor de Compliance.

Capítulo VI – Comunicação

6.1 Os votos realizados pelos Fundos nas assembleias em que participarem serão disponibilizados, em forma sumária, ao administrador dos Fundos para que sejam enviados aos órgãos fiscalizadores, conforme regulamentação aplicável.

6.2 Caberá ao Administrador dos Fundos comunicar aos órgãos fiscalizadores e aos cotistas as informações recebidas da ASSET1 relativas ao exercício desta Política de Voto, podendo tal comunicação ser feita por meio de carta ou correio eletrônico (e-mail) e/ou extrato acessível através da rede mundial de computadores.

6.3 A obrigação de informação aos cotistas não se aplica às:

- (i) matérias protegidas por acordo de confidencialidade ou que observem sigilo determinado por lei;
- (ii) decisões que, a critério da ASSET1, sejam consideradas estratégicas (devendo, neste caso, manter registro dos fundamentos que considerou para classificar a decisão como estratégica, e manter à disposição da ANBIMA); e
- (iii) Hipóteses em que a participação não seja necessária, conforme disposto anteriormente, mas a ASSET1 tenha, a seu critério, exercido o direito de voto.

Capítulo VII – Procedimentos para Exercício do Direito de Voto

7.1. Caberá aos responsáveis pelas Áreas de Gestão de recursos de terceiros e de Compliance da ASSET1 a realização dos procedimentos internos da ASSET 1, abaixo elencados, com base nos princípios e disposições presentes nesta Política.

7.2. A Área de Compliance da ASSET 1 realizará o monitoramento dos documentos de convocação das Assembleias e, tão logo tenha ciência da convocação da Assembleia, deverá analisar a legalidade dos atos e, quando houver, das situações de conflito de interesses.

7.2.1. Realizada a análise de legalidade dos atos e verificação de conflito de interesse, a Área de Compliance da ASSET 1 enviará parecer, ao Diretor de Investimento e demais membros do Comitê de Investimento, atestando a legalidade dos atos da Assembleia; da ordem do dia; e quando houver, da proposta do Administrador;

7.2.2. O Comitê de Investimentos, formado pelos Diretores de Investimento, Renda Fixa e Compliance e demais membros da Área de Gestão da ASSET1,

reunir-se-ão para deliberar sobre o voto que melhor reflita a presente Política, com base na análise de legalidade dos atos realizado pela Área de Compliance da ASSET 1, levando sempre em consideração o interesse dos cotistas dos Fundos;

7.2.3. A reunião do Comitê de Investimentos deverá ocorrer com suficiente antecedência à data da Assembleia ou prazo para resposta à consulta formal, se for o caso;

7.2.4. O voto, a ser proferido na Assembleia, será decidido pelo Diretor de Investimento, levando em consideração o debate com os demais membros do Comitê de Investimento;

7.2.5. Sendo caso de consulta formal, ou seja, sem a necessidade de reunião dos cotistas, o Comitê de Investimento fará constar em ata seu voto, posicionamento e justificativa quanto à posição adotada;

7.2.6. Para os casos de Assembleia, o Comitê de Investimento deverá indicar o(s) representante(s) da ASSET 1, fazendo constar em ata **(i)** data e hora da Assembleia; **(ii)** ordem do dia; **(iii)** proposta do administrador, quando houver; **(iv)** os dados do(s) Colaborador(es); e **(v)** a outorga de procuração com orientação quanto ao voto a ser proferido em nome do Fundo;

7.2.7. A Área de Compliance deverá realizar o credenciamento do(s) representante(s) da ASSET 1 nos termos dos atos de convocação;

7.2.8. Após a realização da Assembleia, o(s) representante(s) indicado(s) deverá(ão) encaminhar ao Diretor de Investimento, ao Diretor Compliance e ao Administrador do Fundo, um resumo das deliberações debatidas em Assembleia, bem como confirmação de voto conforme orientação do Comitê de Investimentos.

7.2.9. Após o recebimento da ata da Assembleia, caberá ao Diretor de Compliance a verificação da correta e exata execução do voto da ASSET 1 na Assembleia, bem como o arquivamento da referida ata junto à orientação de voto; e

7.2.10. Caberá ao Administrador do Fundo realizar comunicação aos órgãos fiscalizadores e aos cotistas, nos termos da Cláusula 6.2, acima.

7.3. Nos casos em que a matéria objeto de deliberação for relacionada às hipóteses da Cláusula 3.2, acima, e a Gestora decidir participar da Assembleia, a Gestora

encaminhará ao cotista justificativa do voto a ser proferido pela Gestora, observados todos os demais procedimentos previstos nesta Política.

Capítulo VIII – Publicidade

8.1 A presente Política de Voto poderá ser alterada a qualquer momento podendo ser acessada no website da ASSET1.

VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÃO

Esta Política será revisado **anualmente**, e sua alteração acontecerá caso seja constatada necessidade de atualização do seu conteúdo. Poderá, ainda, ser alterado a qualquer tempo em razão de circunstâncias que demandem tal providência.

Histórico das atualizações		
Data	Versão	Responsável
Setembro de 2021	1ª	Diretor de Compliance, Risco e PLD
Janeiro de 2023	2ª e atual	Compliance

Marcelo de Lima Fatio

Diretor Compliance, Riscos e PLDFT

Marcello Siniscalchi

Diretor de Gestão de Carteiras de Valores Mobiliários